COMENTÁRIOS SOBRE A AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE DE ACORDO COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Emanoel Dantas de Araújo Júnior

Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Potiguar, Pós-graduando em Processo Civil (lato sensu) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestrando (aluno especial) em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – Largo São Francisco (USP). Integrante do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), Atuação no contencioso estratégico, empresarial e procedimento arbitral no Escritório Braga Nascimento e Zílio Advogados Associados.

emanoel.dantas@bnz.com.br; emanoeldantasa@gmail.com

Área do Direito: Civil; Processual Civil; Empresarial e Societário.

Resumo: O estudo foi elaborado de modo a propiciar uma análise da ação de dissolução parcial de sociedade trazida pelos artigos 599 ao 609 do Código de Processo Civil, com suas considerações, inclusive doutrinárias. Para tanto, foi averiguada os principais pontos de vistas de estudiosos sobre o tema, bem como o enfretamento da matéria pela jurisprudência pátria. O artigo se inicia com o dispositivo inaugural que versa sobre o objeto da ação de dissolução parcial (art. 599), acompanhado dos artigos seguintes, dentro os quais: o art. 600 que trata dos legitimados para ação; a apresentação de defesa (art. 601); possibilidade de indenização por meio da ação (art. 602); o término da fase de dissolução e possível início de fase de liquidação (art. 603); apuração de haveres (art. 604); critérios para se determinar a data da resolução da sociedade (art. 605); critérios para apuração de haveres (art. 606); possibilidade de alteração do método de apuração de haveres pelo magistrado (art. 607) e por fim, o modo e tempo do pagamento de eventuais valores devidos ao ex-sócio (art. 608 e 609).

Palavras-chave: Ação de Dissolução Parcial de Sociedade. Procedimento de Exclusão de sócio. Código de Processo Civil. Apuração de Haveres. Fases da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade. Legitimados para busca de haveres de ex-sócio.

Abstract: This study has been prepared in order to provide an analysis of the lawsuit for partial liquidation of a legal entity, which is set forth by articles 599 to 609 of the Civil Procedure Code. To this end, the most relevant points of view of specialists on the subject have been evaluated, as well as how Brazilian Courts have dealt with this matter. The article begins with the initial legal provision that deals with the partial liquidation lawsuit (art. 599), accompanied by the following articles, among which: article 600, which deals with the parties that have legitimacy to pursue such legal measure; article 601, the filing of the defense (art. 601); possibility of pursuing indemnity through such measure (art. 602); the end of the dissolution and the possible beginning of the liquidation phase (art. 603); calculation of the proceeds (art. 604); criteria for determining the date of the dissolution of the legal entity (art. 605); criteria for the calculation of proceeds (art. 606); possibility of modification of the method of evaluation of proceeds by the Court (art. 607) and finally, the payment form and date of eventual proceeds owed to the former partner (art. 608 and 609).

Keywords: Lawsuit for Partial Liquidation of Legal Entity. Procedures for Exclusion of Partner pursuant to the Civil Procedure Code. Calculation of Proceeds. Phases of the Lawsuit for Partial Liquidation of Legal Entity. Parties legitimated to pursue the proceeds owed to a former partner.

Sumário

Introdução – 1. Art. 599 – Do objeto da ação de dissolução parcial, instrução e possibilidade de ser aplicada a sociedade anônima – 2. Art. 600 – Dos legitimados para propositura da Ação - 3. Art. 601 – Da legitimidade passiva da ação de dissolução – 4. Art. 602 – Da possibilidade de pedido indenizável – 5. Art. 603 – Da natureza da decisão de dissolução parcial e possibilidade de apuração de haveres – 6. Art. 604 – Dos critérios para apuração de haveres – 7. Art. 605 – Da data da resolução de da sociedade – 8. Art. 606 - Da observância aos termos definidos pelo contrato social – 9. Art. 607 – Da possibilidade do critério de apuração ser revisto pelo juiz – 10. Art. 608 – Do recebimento dos lucros e remunerações pelo ex-sócio – 11. Art. 609 – Do método de pagamento de haveres em caso de omissão no contrato social – Conclusão - Referência

INTRODUÇÃO

A ideia de dissolução parcial na sociedade e sua aplicação é causa da gradual evolução doutrinária e jurisprudencial, sendo recepcionada pelo Código Civil Brasileiro de 2002, por meio do livro “Direito da Empresa”, em seção destinada ao tema “Da resolução da Sociedade em Relação a um Sócio”, que trata das hipóteses de retirada imotivada de sócios, bem como situações de exclusão, recesso, ou, ainda, de liquidação de quotas em caso de morte de sócio.

Por seu turno, o Código de Processo Civil de 1973 (Lei n. 5.869, de 11.01.1973) não disciplinava o procedimento de dissolução da sociedade nos casos trazidos pelo Código Civil, que poderiam se dar por meio do procedimento comum, ordinário ou sumário. Até mesmo por meio da dissolução total da empresa e consequente liquidação definitiva de sociedades, a disciplina processual e procedimental ocorria pelos artigos 655 a 729 do Código de Processo Civil de 1939 (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939).

A dispersão legislativa que tratava especificamente do procedimento, atrelada as mais amplas discussões que se instauravam por meio dos Tribunais e entre os estudiosos, mostrou a necessidade de inclusão de um procedimento específico da matéria no Código de Processo Civil de 2015 (Lei 13.105, de 16.03.2015).

Nesse contexto, a possibilidade de extinção da sociedade em relação a um sócio ou mais, encontra-se hoje disposta por meio do Capítulo V, artigos 599 ao 609 do Código de Processo Civil atual, pelo qual baseia-se, acima de tudo, na intenção de preservação da empresa, evitando-se, para tanto, a solução drástica de seu desfazimento por inteiro.

Diante da relevância do tema, torna-se imprescindível a análise e comentários sobre as disposições e preceitos trazidos pelos artigos que tratam do tema.

Será discutido ainda, se o novo diploma legal agrega os entendimentos doutrinários e jurisprudencial majoritários e se ele apresenta a efetividade adequada diante das mais situações relacionadas ao direito material abordado por meio do procedimento.

1. ART. 599 – DO OBJETO DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL, INSTRUÇÃO E POSSIBILIDADE DE SER APLICADA A SOCIEDADE ANÔNIMA

O Art. 599¹ do Código de Processo Civil dispõe sobre o objeto da ação de dissolução parcial da sociedade, trazendo por meio do seu inciso I a possibilidade de ocorrer a resolução

¹ Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto:

da sociedade em relação ao sócio falecido, excluído, e o que exerceu o direito de retirada ou recesso.

O inciso seguinte (II) traz a possibilidade da parte ingressar com apuração de haveres em relação as situações trazidas pelo inciso anterior (I), dispondo o inciso terceiro (III) acerca da faculdade da parte Autora se valer de uma das possibilidades trazidas pelos incisos anteriores, fato este que os tornam cumuláveis ou isolados.

O Ilustre Professor Daniel Amorim Assumpção² destaca que a possibilidade dos pedidos serem feitos de maneira cumulada ou isolada já era tratada pela praxe forense, não inovando o Código de Processo Civil acerca dessa questão específica.

Há de ser observado que de maneira literal, entre os incisos I e II existe uma conjunção aditiva “e”, e entre os II e II existe uma conjunção alternativa “ou”, o que denota a intenção do legislador de consagrar o entendimento de que realmente, na ação de dissolução parcial de sociedade, a apuração de haveres não é mais consequência lógica e necessária da resolução do vínculo societário, mas sim uma pretensão autônoma a ser eventualmente cumulada à antecedente de dissolução³, ocasião em que não sendo expressamente deduzida, não poderá mais ser atendida de ofício⁴.

O parágrafo primeiro ainda do referido artigo trata da instrução da inicial, impondo a necessidade da peça vestibular vir acompanhada do contrato social da empresa.

Determinada disposição já estava consagrada no Código de Processo de 1939, por meio do art. 656⁵, que possibilitava ao juiz julgar o feito em conformidade com as disposições ali descritas e referentes a lei orgânica da própria sociedade.

Em se tratando do parágrafo segundo ainda do art. 599, verifica-se a possibilidade da ação de dissolução parcial também ser aplicada à sociedade anônima de capital fechado, quando

I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e

II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou

III - somente a resolução ou a apuração de haveres.

§ 1º A petição inicial será necessariamente instruída com o contrato social consolidado.

§ 2º A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim.

² NEVES, Daniel Amorim Assumpção - Novo Código de Processo Civil comentado - Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, página 1.014.

³ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Da ação de dissolução parcial da sociedade: comentários breves ao CPC/2015 – São Paulo: Malheiros, 2016, página 24.

⁴ MATOS, Felipe do Amaral; e YARSHELL, Flávio Luiz. O procedimento especial de dissolução (parcial) de sociedade no Projeto do COC, in Processo societários – coords. Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, SP, Quartier Latin, 2012, p. 2019.

⁵ Art. 656. A petição inicial será instruída com o contrato social ou com os estatutos.

demonstrado, por acionista(s) que represente(m) 5% ou mais do capital social, que ela não pode preencher seu fim.

Esse preceito já estava contemplado no art. 206, II, “b”, da Lei das S/A (lei n 6.404, de 15 .12.1976), porém referida norma traz exclusivamente a previsão para dissolução total da sociedade.

Não obstante isso, há quem sustente que a dissolução parcial de sociedade anônima também poderia ser aplicada para empresas de capital aberto, conforme explica Nelson Nery⁶, citando Paulo Sérgio Restiffe:

Paulo Sérgio Restiffe argumenta com situações de fato que podem se apresentar no dia a dia das sociedades anônimas de capital aberto, para as quais não haveria outra solução a não ser a dissolução parcial: um sócio ou acionista considerado inconveniente, por algum motivo comprovadamente relevante, tal como pôr em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, e cuja participação social, em decorrência disso, não seja mais interessante ao quadro societário, mas que, em que pese tudo isso, ainda insiste em resistir e retirar-se unilateralmente da sociedade por meio de alienação de suas ações; um acionista, pessoa física, que perde a sua capacidade civil, que sofre interdição; um acionista que tenha sua insolvência ou mesmo sua falência decretada. A simples cogitação dessas hipóteses serve como suspeita de que a não aplicação da dissolução parcial às companhias abertas não passa de um sofisma (Paulo Sérgio Resiffe. Possibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima aberta? [RBD 55/237]).

Outrossim, reside uma discussão se a quebra de *affectio societatis* constitui ou não, por si só, presunção absoluta de possibilidade de preenchimento do fim social, de modo a autorizar a propositura da ação de dissolução parcial comentada.

Quanto a isto, ainda não há um consenso, tendo sido empregada uma discussão, inclusive, no próprio Superior Tribunal de Justiça.

Isto porque, em sede de Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.079.763/SP⁷, aplicou-se o entendimento de que a quebra de *affectio societatis* seria requisito suficiente para o recesso do sócio do acionista de sociedade anônima de caráter familiar e fechado. Todavia, esse entendimento não foi acompanhado de maneira unânime entre os Ministros, visto que restou como voto vencido, o proferido pela Ministra Maria Isabel Galotti, membro da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, que sustentou não ser admissível o reconhecimento judicial do direito do acionista ao recesso de forma unilateral e potestativa com justificativa tão

⁶ NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, página 1602.

⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Segunda Turma. Embargos de divergência Dissolução Parcial de Sociedade Anônima de caráter familiar e fechado. Requisito de quebra de *affectio societatis* afirmado suficiente pelos acórdãos expostos como paradigmas. Acórdão embargada que julgou no mesmo sentido. Incidência da súmula 168/STJ. REsp 1.079.763/SP. Embargante: Acober S.A. Embargado: Marlene dos Santos Rel. min. Sidnei Beneti. Brasília, 25.04.2012. Diário de Justiça da União, 06.09.2012.

somente na quebra do *affectio societatis*, se a companhia desempenha suas atividades com bons resultados, de modo que cumpre sua função social.

Em que pese ter sido demonstrada a boa intenção do legislador, inspirada na Lei das Sociedades por Ações, que prevê o mesmo pressuposto para propositura de ação de dissolução total da sociedade anônima, verifica-se, no entanto, que ao se reproduzir essa expressão para a hipótese de “dissolução parcial”, este legislador pode ter incorrido em um grave erro, visto que se o juízo reconhece a inexecutabilidade do fim social de uma empresa, muito provavelmente se tornará inviável a subsistência da sociedade por ocasião de saída de um dos sócios.

2. ART. 600 – DOS LEGITIMADOS PARA PROPOSITURA DA AÇÃO

O Artigo 600⁸ do Código de Processo Civil trata dos legitimados para propositura da ação, sendo eles: (I) o espólio do sócio falecido, quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade; (II) os sucessores, após concluída a partilha do sócio falecido; (III) pela sociedade, se os sócios sobreviventes não admitirem o ingresso do espólio ou dos sucessores do falecido na sociedade, quando esse direito decorrer do contrato social; (IV) pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, se não tiver sido providenciada, pelos demais sócios, a alteração contratual consensual formalizando o desligamento, depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito; (V) pela sociedade, nos casos em que a lei não autoriza a exclusão extrajudicial; ou (VI) pelo sócio excluído.

Por fim, o seu parágrafo único traz ainda a possibilidade do cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento, união estável ou convivência terminou pleitear a apuração de seus haveres na sociedade.

Com efeito, o artigo em questão apresenta de maneira expressa quem são as pessoas legitimadas para ajuizar a ação de dissolução parcial da sociedade, merecendo destaque a

⁸ Art. 600. A ação pode ser proposta:

I - pelo espólio do sócio falecido, quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade;

II - pelos sucessores, após concluída a partilha do sócio falecido;

III - pela sociedade, se os sócios sobreviventes não admitirem o ingresso do espólio ou dos sucessores do falecido na sociedade, quando esse direito decorrer do contrato social;

IV - pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, se não tiver sido providenciada, pelos demais sócios, a alteração contratual consensual formalizando o desligamento, depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito;

V - pela sociedade, nos casos em que a lei não autoriza a exclusão extrajudicial; ou

VI - pelo sócio excluído.

Parágrafo único. O cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento, união estável ou convivência terminou poderá requerer a apuração de seus haveres na sociedade, que serão pagos à conta da quota social titulada por este sócio.

percepção de que diante das hipóteses citadas, exige-se a vinculação com a pessoa do sócio interessado, conforme o caso, não sendo permitido que terceiros interfiram na dissolução. Obviamente, as únicas exceções ficam por conta do espólio e dos herdeiros do sócio falecido.

A respeito da legitimidade para propor a ação, se faz necessária trazer uma observação feita por Nelson Nery⁹:

3. Legitimidade ativa (2). Uma coisa é a legitimidade para se pretender que a sociedade se dissolva e seja efetivamente liquidada; outra é o direito de postular um quinhão do patrimônio social, sem que a empresa seja extinta. Sendo assim, apenas o sócio pode pedir a dissolução parcial; sucessores, inventariantes, curadores, síndicos em falência, cônjuges ou credores podem apenas pedir a apuração e pagamento dos haveres (Barbi Filho. Dissolução parcial. P. 336). Parece-nos que o CPC, art. 600 discrepa deste entendimento e atribui ao espólio e sucessores a legitimidade para pedir também a dissolução, a julgar pelo fato de que o par. ún. do mesmo artigo especifica que o cônjuge ou companheiro está legitimado apenas para a apuração de haveres, não fazendo qualquer especificação em relação aos dois primeiros. E, mesmo assim, cremos que isso só é possível conforme o regime de bens adotado no casamento ou na união estável.

Os três primeiros incisos do dispositivo examinado não merecem maiores explicações, já que tratam de situações em que o sócio se encontra na condição de falecido e quais são os legitimados para o que seria o pleito em seu lugar.

Prosseguindo, e especificamente em relação ao inciso IV, observa-se que ficou consagrado o entendimento trazido pelo art. 5º, XX da Constituição Federal, que dispõe que *“ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”*.

Diante disso, qualquer sócio pode exercer o seu direito de retirada da sociedade e havendo concordância dos demais sócios, uma simples alteração no contratual social poderá resolver a retirada ou recesso do sócio retirante. Entretanto, não havendo concordância e/ou consenso, caberá ação judicial de dissolução parcial da sociedade a ser ajuizada pelo sócio retirante.

O inciso V trata dos casos em que a lei não autoriza a exclusão extrajudicial, sendo o tema tratado por meio de 03 (três) dispositivos do Código Civil, conforme ensina o Professor Daniel Amorim Assumpção¹⁰:

“Nos termos do art. 1.030 do CC, são causas legais de exclusão de sócios judicialmente a falta grave no cumprimento de suas obrigações, a incapacidade superveniente e o sócio ser declarado falido (na realidade, insolvente civil). O art. 1.004 do CC prevê que o sócio que deixa de realizar contribuições estabelecidas no contrato social (dentro do prazo de 30 dias depois da notificação) responderá com a

⁹ NERY JUNIOR, Nelson – Código de Processo Civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, página 1.605.

¹⁰ NEVES, Daniel Amorim Assumpção - Novo Código de Processo Civil Comentado -Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, página 1.016.

indenização pelo dano emergente da mora ou exclusão do sócio ou redução da quota ao montante já realizado. E o art. 1085 do CC prevê que, quando mais da metade do capital social entender que o sócio está pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, esse sócio poderá ser excluído extrajudicialmente, desde que haja expressa previsão no contrato social dessa possibilidade.

Como se pode observar, existem causas de exclusão que, em tese, não necessitariam de intervenção judicial. No entanto, a depender do caso concreto, só se aperfeiçoam com ação judicial. A inexistência de previsão no contrato social de exclusão extrajudicial de sócio impede que os majoritários excluam o minoritário sem a ação judicial de exclusão de sócio.

Todavia, há quem entenda que o interesse de agir não poderia ser negado apenas em razão da aparente possibilidade de se operar a exclusão extrajudicial diante dos artigos 1.030, 1.040 e 1.085 do Código Civil, porquanto expressamente ‘ressalvado’ o caminho do recurso prévio ao Poder Judiciário, em linha, pois como preceito constitucional¹¹.

O último inciso do art. 600 trata da ação de apuração de haveres do sócio excluído. Até porque, se o sócio excluído quiser discutir a legalidade de sua exclusão, deverá fazer por meio do processo de anulação da deliberação societária¹², que seguirá o rito comum.

Por fim, em se tratando do parágrafo único do ainda artigo 600, constata-se que foi positivada a legitimidade do cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento, união estável ou convivência que terminou, e poderá pleitear a apuração de seus haveres na sociedade, os quais serão pagos em detrimento à conta da quota social titulada por esse sócio.

Neste caso específico é importante mencionar a interferência do regime de bens incidente sobre o casamento ou união estável aplicável à relação do ex-sócio, conforme ensina Nelson Nery¹³:

“(i) no caso de comunhão parcial de bens ou de participação final nos aquestos, se a quota social tiver sido adquirida antes do casamento ou da constituição da união estável, não caberá apuração. Especificamente quanto à comunhão parcial, excetuam-se os frutos de investimentos feitos pelo sócio na empresa (CC 1660V). (ii) se se tratar de comunhão universal, o pedido é perfeitamente possível, qualquer que tenha sido o momento da aquisição da quota; (iii) caso o regime seja o da separação de bens, não há que se cogitar de apuração de montante devido ao ex-cônjuge ou ao ex-companheiro.

¹¹ ADAMEK, Marcelo Vieira von, - Anotações sobre a exclusão de sócios por falta grave no regime do Código Civil, in *Temas de direito societário e empresarial contemporâneos – Liber Amicorum* Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (obra coletiva). São Paulo, Malheiros Editores, 2011, página 214.

¹² Art. 286. A ação para anular as deliberações tomadas em assembléia-geral ou especial, irregularmente convocada ou instalada, violadoras da lei ou do estatuto, ou eivadas de erro, dolo, fraude ou simulação, prescreve em 2 (dois) anos, contados da deliberação. Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

¹³ NERY JUNIOR, Nelson – Código de Processo Civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, página 1.605

3. ART. 601 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO

O Artigo 601¹⁴ do CPC trata de maneira indireta os legitimados passivos para ação de dissolução parcial.

De acordo com o referido artigo, os sócios e a sociedade serão citados para que no prazo de 15 (quinze) dias concordem ou não com o pedido de dissolução, caso não ocorra a concordância, poderão os Réus oferecer contestação. O parágrafo único do referido artigo elucida o entendimento de que a sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, porém, ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.

Nesse dispositivo específico, chama-se atenção para a crítica de alguns doutrinadores, pelo fato de aparentemente constar o objetivo do legislador de dispensar a presença da sociedade no polo passivo da demanda na hipótese de todos os sócios participarem dela, porém, a literalidade não permite essa conclusão.

Isto porque, não ficou claro se é dispensável a presença da sociedade no polo passivo, ou apenas a sua citação. E, assim, para que fosse dispensada a sua citação, há de se entender que a sociedade já esteja no polo passivo, visto que não há que se falar em citação de quem já é réu no processo¹⁵.

A respeito da problemática, Erasmo Valadão e Marcelo Vieira¹⁶ tratam do tema e oferecem o que seria uma “solução”:

“Assim, é grave erro ler o artigo a partir da regra do seu parágrafo único, imaginando que a sociedade não mais precise ser citada. Primeiro porque a citação é decorrência lógica e necessária dos mais elementares princípios constitucionais do processo; não pode ser dispensada, sobretudo para a sociedade, o principal sujeito processual a sofrer os efeitos da sentença, seja de desconstituição de vínculos societários, seja de apuração de haveres. Segundo porque, ao deixar-se de citá-la e, em termos práticos, coloca-la no polo passivo da demanda, criar-se-ia grave insegurança jurídica para o tráfego negocial e para aqueles que venham a se relacionar com a sociedade na pendência da lide. Aquele que comprar um bem imóvel da sociedade, por exemplo, não será informado, nos distribuidores forenses, de que pende uma ação de dissolução contra ela, se a sociedade não for colocada no polo passivo. O parágrafo único do art. 601 do CPC< portanto, trata apenas de regra de sanção de nulidade, que melhor teria sido expressa com a seguinte redação: “Não se decretará a nulidade do processo e a sociedade ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada, se todos os sócios tiverem sido citados para a causa.”

¹⁴ Art. 601. Os sócios e a sociedade serão citados para, no prazo de 15 (quinze) dias, concordar com o pedido ou apresentar contestação.

Parágrafo único. A sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.

¹⁵ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Da ação de dissolução parcial da sociedade: comentários breves ao CPC/2015 – São Paulo: Malheiros, 2016, página 50.

¹⁶ *Ibidem*, página 51.

Assim, com bons olhos merece ser acolhida a sugestão acima mencionada pelos Professores, visto que muito provavelmente a intenção do legislador com a escrita do parágrafo único do art. 601 seria de deixar claro a inexistência de nulidade processual, diante dos casos em que a sociedade não integre o polo passivo da demanda, porém, esteja representada por todos os seus sócios. Todavia, o que se percebeu foi que o artigo em comento apresentou uma criticável redação.

No mesmo sentido, merece observado o ensinamento ministrado pelo professor Nelson Nery¹⁷:

5. Submissão da sociedade à decisão proferida perante os sócios. A doutrina tradicional entendia que apenas os sócios poderiam fazer parte do polo passivo das ações de dissolução de sociedade, interpretando o disposto no CPC/1939 656§2º. no sentido de que, se todos os sócios se encontram representados, não há necessidade de inclusão da pessoa jurídica. Todavia, embora se considere dispensável a presença da sociedade, ela não é inadmissível, tendo em vista que a sociedade sofre os efeitos jurídicos da sentença dissolutória, o que justificaria um litisconsórcio passivo necessário que entre eles se forma, pois todos têm interesse jurídico tutelável na sentença que decretar a dissolução parcial, que deverá ser uniforme para todos. Já a exclusão da sociedade não leva em consideração o fato de que a personalidade jurídica da sociedade não se confunde com as dos sócios; se ela não integra a demanda e é dela o patrimônio com o qual deverão ser pagos os haveres do sócio retirante, pode-se inviabilizar a própria exceção da sentença de dissolução parcial (Barbi Filho. Dissolução parcial, pp. 345-349). Defendendo o litisconsórcio necessário entre os sócios e a sociedade: Priscila Corrêa da Fonseca. Dissolução parcial, p. 113-1138. O CPC procurou viabilizar a possibilidade de não ser citada a sociedade, já aventada pela jurisprudência e doutrina, mas cirando vertente anômala de submissão de terceiro à coisa julgada (visto que a sociedade tem personalidade jurídica distinta dos sócios), ofendendo o disposto no CPC 506. Além do mais, se a sociedade necessariamente sofrerá os efeitos da coisa julgada, já que é dela o patrimônio que cobrirá a demanda do sócio ou de seus herdeiros, não faz sentido que se abra exceção tão divorciada da técnica.

Acrescentando uma análise trazida pelo parágrafo único do referido artigo, bem como destacando o que seria uma solução prática para temática, Cássio Scarpinella Bueno¹⁸ explica que se trata de uma hipótese de legitimação extraordinária, conquanto os sócios devam agir em nome próprio e também em nome da sociedade.

¹⁷ NERY JUNIOR, Nelson – Código de Processo Civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, página 1.607. (grifos originais).

¹⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. Ação de dissolução parcial de sociedade. *In*: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). Tratado de Direito Comercial. v. 8. São Paulo: Saraiva, 2015. Página 405-406.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça¹⁹, em algumas oportunidades, julgou desnecessária a citação da sociedade, uma vez citados todos os sócios, sob o principal fundamento de que a pessoa jurídica estaria amplamente defendida:

Agravo regimental. Ausência de prequestionamento. Decisão agravada favorável aos agravantes. Interesse recursal. Carência, súmula 07/STJ. Inaplicabilidade, *in casu*. Dissídio jurisprudencial notório. Cotejo analítico entre os casos confrontados. Prescindibilidade. Ação de dissolução parcial. Presentes todos os sócios na lide. Citação da pessoa jurídica. Desnecessidade. Agravo Improvido. [...] 3. Quando o dissídio trazido no recurso especial for notório, como ocorre *in casu*, podem ser mitigadas diversas exigências regimentais, a exemplo da realização do cotejo analítico. 4. Citados todos os sócios, a pessoa jurídica estará amplamente defendida e a eventual nulidade invocada, em face deste aspecto, não resultará em prejuízo para qualquer dos litigantes. 5. Agravo regimental improvido. [sem grifos no original].

O fato é que diante da má redação que incorreu o legislador em facultar a presença da sociedade no polo passivo da demanda, os patronos das partes envolvidas na ação de dissolução devem se munir de cautela, aconselhando-se a inclusão da sociedade pelo menos no polo passivo da demanda, já que à ela muito provavelmente restarão os feitos da decisão de mérito que será proferida.

Por diante, tem-se que realizada as citações dos Réus, poderão eles concordar com os pedidos autorais ou apresentar defesa. E sendo esta apresentada, caberá, além da contestação, reconvenção em razão do pedido de indenização compensável previsto no art. 602²⁰ do Código de Processo Civil, que será discorrido no tópico a seguir.

Por fim, como o CPC trouxe consigo a busca consensual de solução dos conflitos, por meio do seu artigo inaugural, mais precisamente em seu artigo 2^o²¹, é possível que o(s) Réu(s) manifeste(m) também seu interesse em audiência de conciliação ou mediação, conforme disposto no artigo 334²² do mesmo Diploma, sendo na prática forense²³ já aceita a designação da audiência/mediação na tentativa de resolver amigavelmente a lide instaurada.

¹⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. Agravo regimental. Dissolução parcial de sociedade comercial. Omissão do acórdão recorrido. Inexistência. Litisconsórcio passivo necessária com a sociedade comercial. Ausência de citação. Nulidade. Ausência de ofensa à coisa julgada. Agravo Regimental no Recurso Especial 947545/MG. Agravante: Johann Alexander Merschinsky. Agravado: Teresa Cristina Castilho Tavares da Silva. Rel. Mon. Sidinei Beneti. Brasília, 08.02.2011. Diário de Justiça da União, 22.02.2011.

²⁰ Art. 602. A sociedade poderá formular pedido de indenização compensável com o valor dos haveres a apurar.

²¹ Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

²² Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

²³ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Agravo de Instrumento 2165427-88.2018.8.26.0000; Dissolução Parcial De Sociedade – Audiência De Tentativa De Conciliação – Decisão judicial que determinou a realização de audiência de conciliação – Alegação de que, apesar do acordo ter sido

4. ART. 602 – DA POSSIBILIDADE DE PEDIDO INDENIZÁVEL

O art. 602²⁴ do CPC apenas menciona que “*a sociedade poderá formular pedido de indenização compensável com o valor dos haveres a apurar*”.

Isto quer dizer na prática que o valor apurado em favor do sócio que se busca excluir da sociedade poderá ser compensando com o valor devido à sociedade de natureza indenizatória.

A respeito desse pedido indenizatório, Fernanda Borghetti Cantali²⁵ relembra que ele já era possível com fulcro no art. 927 do Código Civil:

Tal hipótese será mais comum nas situações em que a resolução da sociedade se der por exclusão de sócio, já que esta somente ocorre quando há o cometimento de falta grave no cumprimento de suas obrigações (Art. 1.030, CC/02) ou pratica atos de inegável gravidade que possam colocar em risco à continuidade da empresa [sic] (Art. 1.085, CC/02).

E como a sociedade possui legitimidade ativa e passiva na ação de procedimento especial, o pedido de compensação/indenização poderá ser elaborado tanto na petição inicial, como na contestação, ocasião em que terá natureza reconvenional.

Segundo ainda o Professor Daniel Amorim²⁶, “*ainda que não haja previsão expressa nesse sentido, no Novo Código de Processo Civil passa a ser admitido também o pedido indenizatório formulado pelo sócio retirante da sociedade na ação de dissolução parcial da sociedade.*”

Portanto, por meio do referido artigo fica nítida a possibilidade do pedido contraposto a ser realizado eventualmente pelo Réu por meio de Reconvenção²⁷.

firmado em 2008, ainda não transferida a propriedade do caminhão de placa CXA-1008, inexistindo dúvida quanto à responsabilidade do agravado pela transferência – Decisão proferida em 2012 conferindo o prazo de 10 dias para cumprimento da obrigação – Veículo financiado junto ao Banco Itaú – Alegação de que a coagravada Transportadora 1040 deveria primeiro ter transferido a propriedade para o recorrido pessoa natural e apenas posteriormente aos agravantes – Descabimento – Hipótese na qual os recorridos juntaram todos os documentos que lhe eram determinados judicialmente – Indevida a fixação de astreintes até o momento processual – Somente na petição que originou a decisão combatida os agravantes alegam não possuir legitimidade para postular a transferência junto ao Detran – Inocorrência de prejuízo na realização de audiência de tentativa de conciliação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. Agravo de Instrumento. Relator (a): Ricardo Negrão. Origem: Foro Central Cível - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/04/2014; Data de Registro: 23/08/2019.

²⁴ Art. 602. A sociedade poderá formular pedido de indenização compensável com o valor dos haveres a apurar.

²⁵ CANTALI, Fernanda Borghetti. Da ação de dissolução parcial da sociedade. In: Novo código de processo civil anotado. MACEDO, Elaine Harzheim Macedo; e MIGLIAVACCA, Carolina Moraes (Coord.). Porto Alegre: OABRS, 2015 p. 433

²⁶ NEVES, Daniel Amorim Assumpção - Novo Código de Processo Civil comentado -Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, página 603.

²⁷ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Da ação de dissolução parcial da sociedade: comentários breves ao CPC/2015 – São Paulo: Malheiros, 2016, página 54.

5. ART. 603 – DA NATUREZA DA DECISÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL E POSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE HAVERES

Prosseguindo, o art. 603²⁸ do CPC trata do que seria o início da segunda fase do processo de dissolução parcial da sociedade, sendo ela a apuração de haveres. Para tanto, o dispositivo exige a manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, ocasião em que o juiz decretará o início da fase de liquidação.

A respeito do tema, Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca²⁹ contraria a tese de que ação de apuração de haveres consistiria em um procedimento de jurisdição voluntária, visto que é plenamente possível que os demais interessados manifestem sua controvérsia. Assim, reside espaço para que se discuta o critério empregado, os bens que integram o patrimônio da sociedade, a forma, o prazo para pagamento, etc.

Em relação a natureza da decisão trazida pelo *caput* do artigo em questão, existe um entendimento majoritário de que ela possui natureza de sentença, conforme explica o Professor Cassio Scarpinella Bueno³⁰, acompanhado do professor Nery³¹ (respectivamente):

“[...] o autor poderia formular pedidos cumulados na sua inicial, de dissolução [sic] e de condenação no pagamento de haveres. À sentença, em tais casos, cabia julgar cada um deles concomitantemente, sendo desafiada por um único recurso de apelação. [...] Admitindo-se a hipótese de cumulação de pedidos lá aventada, a sentença formalmente uma seria impugnável por um único recurso de apelação, embora fosse discerníveis, nela e nele, capítulos diversos, cada qual voltado a um tema, as razões da dissolução parcial [sic] e apuração de haveres.”

“O provimento que decreta a dissolução, neste caso, tem natureza de sentença, pois o reconhecimento da procedência do pedido constitui causa da fase cognitiva do processo com resolução do mérito. (CPC 487 II a c/c CPC 203§1º).”

Não diferente é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça³²:

²⁸ Art. 603. Havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, passando-se imediatamente à fase de liquidação.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, não haverá condenação em honorários advocatícios de nenhuma das partes, e as custas serão rateadas segundo a participação das partes no capital social.

§ 2º Havendo contestação, observar-se-á o procedimento comum, mas a liquidação da sentença seguirá o disposto neste Capítulo.

²⁹ FOENCA, Priscila M. P. Corrêa da. Dissolução Parcial, retirada e exclusão de socio. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. cit. p. 79

³⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. Ação de dissolução parcial de sociedade. *In*: COELHO, Fábio Ulhoa (Coord.). Tratado de Direito Comercial. v. 8. São Paulo: Saraiva, 2015. Página 393.

³¹ NERY JUNIOR, Nelson – Código de Processo Civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, página 1608.

³² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. Recurso Especial. Liquidação de Sentença Proferida em Ação de Dissolução Parcial. Recurso Especial nº 1.499.772 DF. Recorrente: Jorlan S/A Veículo Automotores Importação e Comércio e OUTROS. Recorrido: Josino Naves de Sousa – Espólio e OUTROS. Rel. Ministro MOURA RIBEIRO. Brasília, 21/05/2019. DJe 06/06/2019.

[...]3. No caso dos autos, a sentença que julgou procedente o pedido de dissolução parcial da sociedade e determinou o pagamento de haveres aos sócios dissidentes mencionou apenas que a expressão econômica de sua participação acionária deveria ser apurada em liquidação por arbitramento, com consideração ao patrimônio líquido da sociedade. 9. Nos casos de dissolução parcial de sociedade anônima os juros moratórios são devidos a partir do vencimento do prazo nonagesimal, após a sentença de liquidação de haveres, conforme regra prevista no art. 1.031, § 2º, do CC/02, aplicável por analogia. Precedentes.[...]

Por sua vez, destaca-se que não será possível apresentar recurso de apelação em fase da decisão que decreta a dissolução parcial da sociedade, caso todos os sócios concordem expressamente e de maneira unânime com esse ato, já que a eles lhes faltará interesse recursal e será observado a preclusão lógica, bem como como desrespeito ao princípio da vedação do comportamento contraditório³³.

O referido artigo ainda é acompanhado de dois parágrafos, os quais tratam acerca dos honorários advocatícios (§1º) e o procedimento (§2º) que será instaurado para caso o(s) Réu(s) ofereça(m) contestação.

De acordo com o primeiro parágrafo, havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, não haverá condenação em honorários advocatícios de nenhuma das partes e as custas serão rateadas segundo a participação das partes no capital social.

A respeito disso, a doutrina acentua que referido dispositivo apresenta uma afronta ao art. 85³⁴ do CPC, visto que quem deu causa à propositura da ação responde pelas despesas dela decorrentes.

Entendo que não há que se falar em contrariedade, mas sim exceção ao referido princípio e a busca amistosa à solução da demanda, sendo ela uma das principais diretrizes trazidas pelo Código de Processo Civil por meio dos seus artigos inaugurais.

O último parágrafo do artigo comentado, trata acerca da instauração do procedimento comum, o que na visão do Professor Daniel Amorim³⁵ já estava sendo cumprido desde o início da demanda, visto que inexistia qualquer especificidade em seu trâmite.

E após isso, se dará início a fase de apuração de haveres, que nada mais é do que a fase de liquidação de sentença. E contra a decisão que definirá o *quantum debeatur*, poderá ser

³³ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio e a ação de dissolução parcial – Curitiba: Juruá, 2016, página 130.

³⁴ Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

³⁵ NEVES, Daniel Amorim Assumpção - Novo Código de Processo Civil comentado -Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, Página 1.020.

apresentado o recurso de agravo de instrumento, diante do que dispõe o art. 1.015, parágrafo único³⁶ do CPC/2015.

6. ART. 604 – DOS CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DE HAVERES

O Art. 604³⁷ do CPC trata da fase de apuração de haveres, trazendo os deveres do juiz durante essa fase, sobre os quais serão: (i) fixar a data da resolução da sociedade; (ii) definir o critério de apuração de haveres à vista do disposto no contrato social; e nomear o perito (iii).

Além disso, os parágrafos do ainda artigo supracitado, dispõem que ocorrerá a determinação do juiz para à sociedade ou aos sócios que nela permanecerem, que depositem em juízo a parte incontroversa dos haveres devidos, conforme o parágrafo primeiro. Referido depósito, desde logo, poderá ser levantado pelo ex-sócio, pelo espólio ou pelos sucessores, de acordo com o que dispõe o parágrafo 2º.

Por fim, o parágrafo 3º determina que seja observado o pagamento de haveres em conformidade com o contrato social, caso assim ele estabeleça, podendo ainda afetar o depósito judicial da parte incontroversa.

Dito isto, em comentário ao artigo 604, se faz necessário definir o que se entende por apuração de haveres, que na visão do Ilustre Professor Fábio Ulhôa³⁸ pode ser explicado da seguinte maneira:

A apuração de haveres, em outras palavras, é a simulação da dissolução total da sociedade. Por meio de levantamento contábil, que reavalia, o valor de mercado, os bens corpóreos e incorpóreos do patrimônio social, e da consideração do passivo da sociedade, projeta-se quanto seria o acervo remanescente caso a sociedade limitada fosse, naquele momento, dissolvida. Definido o patrimônio líquido da limitada, nada data da dissolução parcial, o reembolso será a parcela deste, proporcional à quota do capital social do sócio desligado ou falecido. Se, por exemplo, o retirante tinha 20%

³⁶ Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

(...)

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

³⁷ Art. 604. Para apuração dos haveres, o juiz:

I - fixará a data da resolução da sociedade;

II - definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social; e

III - nomeará o perito.

§ 1º O juiz determinará à sociedade ou aos sócios que nela permanecerem que depositem em juízo a parte incontroversa dos haveres devidos.

§ 2º O depósito poderá ser, desde logo, levantado pelo ex-sócio, pelo espólio ou pelos sucessores.

§ 3º Se o contrato social estabelecer o pagamento dos haveres, será observado o que nele se dispôs no depósito judicial da parte incontroversa.

³⁸ COELHO, Fábio Ulhôa – Curso de direito comercial, volume 2: direito de empresa / Fábio Ulhoa Coelho. – 18 ed. – São Paulo: Saraiva, 2014, página 505.

do capital da limitada, e apurou-se o patrimônio líquido de R\$ 300.000,00, o seu crédito, em reembolso da quota, será de R\$ 60.000,00.

Ultrapassado este ponto, tem-se que ao estipular a data para resolução da sociedade, há de se ter em mente que referido marco temporal possui como propósito fixar o limite das responsabilidades sociais do sócio que saiu ou que faleceu, bem como atribuir como referência a apuração de haveres, que deverá seguir o disposto no contrato social, e assim não ocorrendo, caberá ao juiz definir o critério de apuração com auxílio de um perito, que, segundo o parágrafo único do art. 606, será preferencialmente um especialista em avaliação de sociedades.

Por fim, há de ser mencionado que a fixação antecipada do valor a ser pago pelos haveres dos sócios não pode ser feita mediante quantia certa e inalterável pelo contrato social, o que poderá configurar em abuso de direito contratual, gerando o enriquecimento sem causa, além de violar a boa-fé objetiva.

7. ART. 605 – DA DATA DA RESOLUÇÃO DE DA SOCIEDADE

Com mencionado por meio dos comentários ao artigo 604 do CPC, a data da resolução da sociedade é de fundamental importância para se decidir, inclusive, o marco temporal para apuração de haveres, além de cancelar de uma vez por todas o afastamento do sócio (caso seja esse o pedido aceito), ocasião em que este deixará de perceber lucros, de votar e de ser convocado a participar de assembleias a partir da referida data.

E por diante, o artigo 605³⁹ do Código de Processo Civil traça exatamente as diretrizes para se considerar a data da resolução de acordo com as respectivas situações.

Existe ainda outras hipóteses que não estão contempladas por meio dos incisos do art. 605 do CPC, conforme explica Erasmo Valladão e Marcelo Vieira⁴⁰:

Além das hipóteses previstas nos incisos do art. 605 do CPC, outras existem. Assim na liquidação da quota a pedido de credor particular do sócio (CC, art. 1.026), a perda do *status socii* dá-se com a liquidação, que não deixa de ser uma espécie *sui generis* de exclusão. Em caso de adjudicação da participação societária, também será na data

39 Art. 605. A data da resolução da sociedade será:

I - no caso de falecimento do sócio, a do óbito;

II - na retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante;

III - no recesso, o dia do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio dissidente;

IV - na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade; e

V - na exclusão extrajudicial, a data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado.

⁴⁰ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Da ação de dissolução parcial da sociedade: comentários breves ao CPC/2015 – São Paulo: Malheiros, 2016, página 67.

de sua efetivação, com assinatura do auto, que aquela perda ser verificará. No caso de dissolução parcial decretada como alternativa à total, a perda da qualidade de sócio operar-se-á com o transito em julgado da decisão.

Não o bastante, há de ser dito ainda, que reside um firme entendimento, pelo qual me filio, que a decisão que dissolve parcialmente a sociedade tem natureza desconstitutiva⁴¹, porém, os efeitos excepcionalmente serão gerados *ex tunc*, conforme previsão legal.

8. ART. 606 - DA OBSERVÂNCIA AOS TERMOS DEFINIDOS PELO CONTRATO SOCIAL

O artigo 606⁴² do CPC destaca o respeito do legislador em dar preferência aos termos previstos no contrato social, em se tratando de apuração de haveres, e na sua ausência, caberá ao juiz definir como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis a preço de saída, além do passivo a ser apurado de igual forma com auxílio de um especialista (perito) em avaliação de sociedades.

A ideia de apuração do valor patrimonial por determinação é explicada pelo Professor Daniel Amorim Assumpção⁴³:

No balanço de determinação o cálculo trabalha com a ideia de simulação, fazendo-se o cálculo como se a sociedade tivesse sido totalmente dissolvida. Cabe ao perito levar em conta: (a) o valor de mercado dos bens da sociedade; (b) a simulação do pagamento de todos os débitos e do recebimento de todos os créditos; (c) a quantificação do patrimônio líquido composto de elementos corpóreos e incorpóreos, inclusive o valor do estabelecimento comercial, ou seja, o fundo de comércio (STJ, 4º Turma, REsp 907.104/RS, rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, j. 11/10/2011, DJe 19/10/2011); (d) a partilha de haveres entre os sócios.

⁴¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção - Novo Código de Processo Civil comentado -Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, página 1.021.

⁴² Art. 606. Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma.

Parágrafo único. Em todos os casos em que seja necessária a realização de perícia, a nomeação do perito recairá preferencialmente sobre especialista em avaliação de sociedades.

⁴³ NEVES, Daniel Amorim Assumpção - Novo Código de Processo Civil comentado -Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, página 1.022/1.023

9. ART. 607 – DA POSSIBILIDADE DO CRITÉRIO DE APURAÇÃO SER REVISTO PELO JUIZ

O Art. 607⁴⁴ do CPC menciona apenas que *“a data da resolução e o critério de apuração de haveres podem ser revistos pelo juiz, a pedido da parte, a qualquer tempo do início da perícia.”*

O artigo não apresenta maiores discussões doutrinárias, levando-se em conta o entendimento uníssono de que a decisão que altere a resolução e o critério de apuração de haveres deverá ser fundamentada e sofrerá preclusão quando iniciada a perícia.

10. ART. 608 – DO RECEBIMENTO DOS LUCROS E REMUNERAÇÕES PELO EX-SÓCIO

Por sua vez, o artigo 608⁴⁵ do CPC delimita de maneira salutar os lucros e remunerações pelo sócio em se tratando do exercício de sua função, estabelecendo que *“até a data da resolução, integram o valor devido ao ex-sócio, ao espólio ou aos seus sucessores a participação nos lucros ou os juros sobre o capital próprio declarados pela sociedade e, se for o caso, a remuneração como administrador.”*

Já o seu parágrafo único, fala do momento que advém após a resolução da sociedade, fato este que faz com que *“o ex-sócio, o espólio ou os seus sucessores terão direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais”*.

A razão de ocorrer essa delimitação acontece por uma simples razão, até a data da resolução parcial da sociedade, o sócio ainda faz parte dela, não sendo nada mais justo que este seja tratada e receba como tal, deixando, a partir de não fazer mais parte dela, de fazer direito a percepção da remuneração por exercício de função e/ou participação em lucros.

⁴⁴ Art. 607. A data da resolução e o critério de apuração de haveres podem ser revistos pelo juiz, a pedido da parte, a qualquer tempo antes do início da perícia.

⁴⁵ Art. 608. Até a data da resolução, integram o valor devido ao ex-sócio, ao espólio ou aos sucessores a participação nos lucros ou os juros sobre o capital próprio declarados pela sociedade e, se for o caso, a remuneração como administrador.

Parágrafo único. Após a data da resolução, o ex-sócio, o espólio ou os sucessores terão direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais.

11. ART. 609 – DO MÉTODO DE PAGAMENTO DE HAVERES EM CASO DE OMISSÃO NO CONTRATO SOCIAL

Por fim, o último artigo (Art. 609⁴⁶) que trata do capítulo da dissolução parcial da sociedade dispõe que *“uma vez apurados, os haveres do sócio retirante serão pagos conforme disciplinar o contrato social e, no silêncio desde, nos termos do §2º do art. 1031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).”*

Isso significar dizer que na omissão do contratual social, o pagamento dos haveres do sócio retirante seguirá o prazo de 90 dias previsto no art. 1.031, §2º do Código Civil, a contar do trânsito em julgado da decisão da ação de dissolução de sociedade.

CONCLUSÃO

Como visto, observa-se que em um bom momento, talvez até custoso, o legislador voltou sua atenção para a questão de dissolução parcial da sociedade e assim iniciou sua positivação em um procedimento específico para tanto, já que anteriormente o que se tinha eram leis esparsas e entendimentos construídos por meio de doutrina, jurisprudência e legislação extravagante.

Diante disso, ainda que se tenha diversas regras trazidas por meio do direito material, o Código de Processo Civil auxiliou os operadores de direitos a possuírem um norte para apresentação da ação de dissolução parcial, visto que agora resta delimitado a possibilidade de cumulação ou não de pedidos para ação de dissolução stricto sensu e a fixação de critérios para apuração de haveres, além de facilitar o entendimento sobre o objeto da ação, partes legitimadas, possibilidade de se aplicar pedido contraposto (indenização), bem como delinear os poderes e deveres do juiz da causa.

E como pôde ser verificado, existe e talvez sempre existirá muitas críticas aos dispositivos que tratam da ação, seja pelo modo em que a redação foi redigida, seja em razão da sua aplicação, bem como o conflito com a própria lei material.

No entanto, como para fins de direito o Código de Processo Civil ainda é prematuro, é cedo para avaliar o efeito prático dessa nova regulamentação, fato este que no decorrer dos anos, espera-se que a observância desses dispositivos e suas aplicações, acompanhadas sempre

⁴⁶ Art. 609. Uma vez apurados, os haveres do sócio retirante serão pagos conforme disciplinar o contrato social e, no silêncio deste, nos termos do § 2º do art. 1.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) .

das críticas advindas da doutrina e jurisprudência, resulte em um efeito prático positivo para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Anotações sobre a exclusão de sócios por falta grave no regime do Código Civil**, in “*Temas de direito societário e empresarial contemporâneos – Liber Amicorum*” Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (obra coletiva). São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio e a ação de dissolução parcial**. Curitiba: Juruá, 2016.

BRASIL. Lei 13.105, de 16.03.2015. **Diário Oficial da União**, 17.03.2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Ação de dissolução parcial de sociedade**. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). *Tratado de Direito Comercial*. v. 8. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Da ação de dissolução parcial da sociedade**. In: Novo código de processo civil anotado. MACEDO, Elaine Harzheim Macedo; e MIGLIAVACCA, Carolina Moraes (Coord.). Porto Alegre: OABRS, 2015.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito comercial**, volume 2: direito de empresa / Fábio Ulhôa Coelho. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FOSENCA, Priscila M. P. Corrêa. **Da Dissolução Parcial, retirada e exclusão de socio**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Da ação de dissolução parcial da sociedade: comentários breves ao CPC/2015** – São Paulo: Malheiros, 2016.

MATOS, Felipe do Amaral; e YARSHELL, Flávio Luiz. **O procedimento especial de dissolução (parcial) de sociedade no Projeto do COC**, in *Processo societários* – Coords. Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, São Paulo: Quartier Latin, 2012.

NERY JUNIOR, Nelson – **Código de Processo Civil Comentado**. 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção - **Novo Código de Processo Civil Comentado**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016.